



Raça canibal: a deglutição da eugenia pelos estômagos literários

Tainá Cavalieri Faria

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

ORCID: <http://0000-0002-8832-9825>

tainacavalierif1@hotmail.com

Frederico Coelho

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

ORCID: <http://0000-0003-2094-7114>

pauperia@gmail.com

RESUMO

Este artigo tem como propósito ensaiar uma leitura do movimento antropófago enquanto movimento cultural amplo e diversificado no final da década de 1920, que reflete em seu interior as disputas nacionais sobre a construção de uma “raça brasileira”. A partir da abolição da escravidão e do intenso fluxo migratório da Europa no fim do século XIX, disputavam-se o valor e o papel de cada grupo a ser absorvido na composição demográfica, sobretudo no campo da eugenia, cujo auge se dá também na década de 1920. Por meio da análise de textos da *Revista de Antropofagia* e de sua expansão na imprensa literária, de orientações bastante heterogêneas, verificamos a presença tanto do debate eugenista quanto de seu léxico racista, que fornecem modelos de análise para a ideologia miscigenacionista no Brasil e sua relação com o racismo brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Antropofagia; Eugenia; Miscigenação; Branqueamento.

Cannibal race: the swallowing of eugenics by literary stomachs

ABSTRACT

This paper aims to attempt a reading of the Brazilian anthropophagy movement as a broad and diverse cultural movement in the late 1920s, one that reflects national disputes over the construction of a “Brazilian race.” Since the abolition of slavery and the intense immigration flow from Europe in the late 19th century, the value and the role of each ethnic group that would be absorbed into the demographic composition were disputed. This happened especially in the field of eugenics, which reached its peak in the 1920s. Following the analysis of texts from the *Revista de Antropofagia* (*Anthropophagy Journal*) and its expansion in the literary press, all highly heterogeneous, we were able to verify the presence of not only the eugenics debate but also its racist lexicon, which provide models of analysis for the miscegenationist ideology in Brazil and its ties to Brazilian racism.

KEYWORDS: Anthropophagy; Eugenics; Miscegenation; Racial whitening.



1. Introdução

“A antropofagia é o caminho mais curto para a eugenia” (ANTROPOPHAGIA, 1929, p. 35). Assim começa o pequeno texto *Antropophagia e eugenia*, perdido na edição de número 18 da revista carioca *O Que Há* (OQA). O que há de relevante neste enunciado, além da curiosidade que a frase desperta, é uma dupla excepcionalidade. A primeira é que a página faz parte de um periódico literário, uma obscura “terceira denteição” da *Revista de Antropofagia*, canonicamente composta por duas edições/denteições: uma publicada ao longo do ano de 1928, em formato de revista, e a outra em 1929, encartada no jornal *Diário de São Paulo*. Já a segunda, diz respeito à curiosa atribuição de autoria a Renato Kehl, um médico eugenista, de orientação contrária à miscigenação.

Jason Tércio (2021), jornalista e biógrafo de Mário de Andrade, deparou-se com as páginas quando fazia uma pesquisa para seu livro e as revelou para o público em uma matéria no jornal *Folha de São Paulo*, publicada no dia 26 de outubro de 2021. Entre agosto e dezembro de 1929, a revista carioca OQA lançou uma página semanal intitulada *Antropophagia*, dirigida por Clóvis Gusmão.

Podemos dizer que a *Revista de Antropofagia* emendou diretamente nas páginas da revista semanal carioca OQA, já que não havia passado sequer um mês desde a última publicação da segunda denteição no *Diário de São Paulo*. Ao que tudo indica, a nova revista mantinha o idealizador Oswald de Andrade ligado ao projeto. O texto atribuído a Renato Kehl está na última página lançada no dia 5 de dezembro de 1929.

A antropofagia, em um sentido estrito, consiste na prática ritualística de devorar seres humanos. Acrescento que, para os ameríndios, tal prática tinha, entre outras funções simbólicas e culturais, o significado de absorver as qualidades do inimigo derrotado e devorado. Já a eugenia, segundo Lilia Schwarcz (1993), consiste na ciência do aprimoramento humano, que visa controlar artificialmente a reprodução dos indivíduos considerados desejáveis e indesejáveis. Entretanto, facilmente apreendemos a eugenia como o método de higiene social nazista que culminou no holocausto, e a Antropofagia como método modernista de ação crítica a partir do *Manifesto antropófago* de Oswald de Andrade.

A metáfora da antropofagia foi diversamente apropriada nas revistas literárias e vem sendo utilizada pelos intelectuais, de forma crítica, para expor aspectos problemáticos da nossa formação cultural. Marcelo Paixão (2005), por exemplo, associa a prática de absorver “o outro” destruindo-o (afinal, a devoração ameríndia consiste também na prática de destruição de seus rivais) às teses de Oracy Nogueira (1997) sobre as especificidades do racismo brasileiro, descrito por este como parte de uma ideologia miscigenacionista e assimilacionista.

Para Nogueira (1997), a ideologia do branqueamento, vigente no Brasil, leva a uma diluição das características físicas da população negra dentro de um *continuum*, em que o mestiço é um símbolo nacional. Paixão (2005) acrescenta que, do mesmo modo, as culturas do negro e do índio são deglutidas, absorvidas e transformadas em originalidade nacional pelas elites.

É preciso, desde já, enfatizar que os documentos e argumentos aqui expostos não tratam de nenhuma aproximação indireta entre Oswald de Andrade e o nazismo, a partir do par antro-

profagia e eugenia. Isso definitivamente está fora de nosso propósito. Simplesmente atemo-nos às definições básicas dos conceitos de antropofagia e de eugenia, sem nos contaminarmos com seus referenciais cristalizados no senso comum.

Se desdobrarmos esses dois conceitos a partir da realidade social brasileira e de nossas histórias literária e científica, veremos que a conjugação da antropofagia com a eugenia adquire um significado especial. Por essa razão, percorrer seus desdobramentos é necessário para discutir o texto supostamente assinado por Renato Kehl, figura mais emblemática da eugenia no Brasil, no periódico mais emblemático da vanguarda modernista.

Aliás, é necessário até mesmo pensarmos por que o nome de Kehl é mobilizado nas páginas do periódico cuja matriz intelectual é, justamente, campo de experimentações críticas e ficcionais sobre o tema da miscigenação e das interações entre colonizados e colonizadores. Afinal, quando Oswald de Andrade reivindica o antropófago indígena como modelo de ação estética na periferia global, é uma forma de afirmar a força dos saberes pré-coloniais frente ao influxo de informações internacionais que nos situava no campo do exotismo subdesenvolvido. Para o autor do famoso manifesto, a Antropofagia era uma prática da diferença, bem distante de uma perspectiva de pureza e unidade.

É preciso antecipar o apaziguamento de duas questões que, segundo a historiadora Nancy Stepan (2005), não foram adequadamente registradas pela nossa historiografia: a primeira é que a eugenia foi um movimento científico, político e social amplo na primeira metade do século XX e que sua passagem pelo Brasil (como pela América Latina) foi subdimensionada, quando não descartada, na história local. A segunda é que ela mobilizou e combinou diferentes aparatos teóricos vigentes na Europa, para legitimar e viabilizar um país mestiço.

O intuito aqui não é desvelar supostos aspectos ocultos do movimento antropófago, mas desviar o itinerário de textos que já são conhecidos – com exceção, talvez, dos da “terceira dentição”. Trata-se de uma (breve) reorganização do arquivo antropofágico em torno da ideia básica de mestiçagem, aqui entendida como qualquer processo de mistura por apropriação ou hibridização, tanto cultural quanto racial. Tal ideia elementar de mestiçagem estreita-se com um projeto e uma visão de nação fundamentados na absorção, ou mesmo na obliteração, das diferenças.

2. Antropofagia e antropofagias

Segundo Raul Bopp (1977), importante personagem do movimento antropófago, a ideia de começar o movimento em torno da antropofagia surgiu ocasionalmente durante um jantar de Oswald de Andrade e outros colegas modernistas. Pouco tempo depois, Oswald ganhou de Tarila do Amaral uma pintura que ele e Bopp batizaram de *Abaporu*, “homem que come gente” em tupi-guarani. Ainda segundo Bopp (1977), foi a partir desse evento que teriam surgido as ideias de Oswald de Andrade para redigir o *Manifesto antropófago*, lido na casa de Mário de Andrade e publicado no primeiro volume da *Revista de Antropofagia*. Tudo isso ocorreu ainda em 1928.

A primeira fase da *Revista de Antropofagia* corresponde à maior parte do material do grupo (que ainda contava com Antônio Alcântara Machado). Oito páginas mensais foram lançadas de



forma independente entre maio de 1928 e fevereiro de 1929. A fase foi marcada por uma colaboração heterogênea de autores de diversas orientações. Maria Eugênia Boaventura (1984) chamou a primeira fase da revista de “festa modernista”, devido a esta pluralidade. A partir de março de 1929, a antropofagia ganhou uma página no jornal *Diário de São Paulo*, batizada por Oswald de Andrade de *segunda dentição*. Helaine Queiroz (2017) expõe que a mudança foi feita sem consentimento de muitos envolvidos e representou uma ruptura com diversos colaboradores da primeira fase.

Paradoxalmente, é em sua segunda fase que a revista divulga uma certa expansão da antropofagia, com a criação de “clubes de antropofagia” em diversos outros estados. Alexandre Nodari (2021, p. 189) analisa que muitas dessas colaborações corroboraram a versão dominante e escolar da Antropofagia, que a define como um objetivo de “deglutir o estrangeiro para produzir o nacional [...]”, o que para o autor seria “no mínimo, questionável, se nos guiarmos pelo Manifesto e outros textos basilares do movimento.”

Augusto de Campos (1975), em seu prefácio da edição fac-similar da *Revista de Antropofagia*, que reúne a primeira e a segunda dentições, enxerga a revista por muitos pontos de vista, acompanhando toda a sua intensa movimentação. No entanto, ao dizer que a visão sobre a Antropofagia, na maioria dos textos da primeira fase da revista, refletia uma consciência ingênua de que Oswald de Andrade estava quase isolado, o autor subdimensiona a importância de outros textos para a compreensão do movimento em seu momento histórico.

Nota-se que Campos (1975) questiona os sentidos atribuídos à “antropofagia” na primeira fase do movimento (ou primeira dentição da revista). Já Nodari (2021), sem negar essa característica dispersa da primeira fase, expõe que a expansão na segunda fase paradoxalmente representa uma ampliação de vozes em prol de um estreitamento ideológico.

Para Bruno Latour (1991), as rupturas e segregações são vicissitudes da crítica ocidental moderna. Embora não possamos fazer generalizações homogeneizantes sobre os discursos acerca da antropofagia, também não deveríamos segregar esses discursos, para não cometermos o mesmo equívoco de manter suas partes individuais homogêneas e, portanto, puras.

Um exemplo desse processo na historiografia do movimento modernista é a obra de Antonio Arnoni Prado. Em seu livro *Itinerário de uma falsa vanguarda: os dissidentes, a Semana e o Integralismo*, Prado (2010) faz a genealogia de uma fatia do modernismo que culminou no movimento verde-amarelo, cujo líder, Plínio Salgado, fundou a Ação Integralista Brasileira (de orientação católica e fascista). No entanto, ao dizer que eram personagens “infiltrados” na Semana de 22 e chamá-los de “dissidentes”, Prado (2010, p. 7) cria um problema posterior.

Com essa alegação, o crítico abre brecha para que outros elementos, fatos e discursos relacionados ao modernismo sejam recalcados, deslocados do eixo canônico e fundacional do modernismo paulistano – de matriz majoritariamente democrática e cosmopolita. E se os recalcados sempre retornam, causando escândalo de um lado, também criam a necessidade de contenção de outro.

Desse modo, precisamos sempre delimitar uma nova fronteira entre os vilões e os mocinhos, entre os verdadeiros e os falsos, entre os antropófagos de fato e os que tinham uma concepção superficial. O problema é que dificilmente as delimitações se sustentam quando os arquivos são revisitados a partir de outros eixos de ideias que não aqueles que serviram de princípio organizador das antologias, mas que formam outras linhas de convergências e rupturas de ideias.

Ainda considerando Latour (1991), é preciso evitar a denúncia, a carga moral contida na ideia de revelar algo que estava encoberto. É preciso pensar, em vez disso, em desdobramentos de possibilidades inesgotáveis. É preciso considerar os sujeitos, os objetos e as ideias que os mobilizam, a partir de uma ideia de rede, na qual diferentes pontos formam ligações que são capazes tanto de se desfazerem quanto de se recombinarem, conservando partes distintas de suas características.

Galvão Júnior (2020) alega que, devido às diferenças regionais no movimento artístico-literário, devemos falar de “modernismos” no plural. O mesmo aconteceria com as antropofagias, uma vez que o movimento antropofágico se expandiu pelo país em sua fase mais avançada. No entanto, a questão geográfica deveria ser secundária nessa apreciação. O grupo verde-amarelo, formado por Plínio Salgado, Menotti Del Picchia, entre outros, era de São Paulo, assim como o grupo em torno de Oswald de Andrade.

Também ali, no mesmo espaço editorial da primeira dentição da *Revista de Antropofagia*, membros do verde-amarelo publicaram como bons antropófagos, para logo depois terem suas “credenciais caçadas”, como expõe o artigo *Uma adesão que não nos interessa*, publicado em 12 de junho de 1929, na segunda dentição. Portanto, a antropofagia não precisou sair de São Paulo e “regionalizar-se” para que apresentasse características muito diferentes em seu interior.

Consideramos a existência de antropofagias plurais, mas para não as individualizar, optamos por nos referir à Antropofagia com inicial maiúscula e no singular. Entretanto, não falamos de uma Antropofagia pura, que existe por si mesma, muito menos de um Ser estático, mas dinâmico e relacional. A Antropofagia vem sendo revisitada, reescrita, relida e devorada há quase um século.

Os próprios estudos sobre o *Manifesto antropófago*, de alto teor filosófico, canonizado pela crítica e pela historiografia como representante legítimo da Antropofagia, prescindem de textos que Oswald de Andrade (1966) só publicou posteriormente, como o livro *Marcha das utopias*, de 1935. Antônio de Alcântara Machado, diretor da primeira dentição, faz questão de desvencilhar a revista do *Manifesto antropófago*. Ele adverte na oitava página do primeiro número:

NOTA INSISTENTE Neste rabinho do seu primeiro número a “Revista de Antropofagia” faz questão de repetir o que ficou dito lá no princípio: — Ella está acima de quaesquer grupos ou tendências; — Ella acceita todos os manifestos mas não bota manifesto; [...] A “Revista de Antropofagia” não tem orientação ou pensamento de espécie alguma: só tem estômago. (REVISTA DE ANTROPOFAGIA, 1975, p. 25)¹

3. Eugenia e eugenias

No mesmo contexto da consagração do modernismo brasileiro enquanto vanguarda estética, na primeira metade do século XX, a eugenia era o que havia de mais moderno na ciência ocidental, segundo Stepan (2005). A historiadora ainda argumenta que, embora englobasse a

¹ A numeração das páginas fac-similares da *Revista de Antropofagia* corresponde ao documento digital disponível no portal eletrônico Biblioteca Nacional. A versão impressa não dispõe de páginas numeradas.

preocupação com uma série de atributos, como saúdes física e psicológica, a eugenia era calcada no determinismo biológico das hierarquias raciais.

O racismo científico das correntes deterministas consolidou-se no Brasil ainda no século XIX em instituições como a Escola de Direito de Recife, onde a frenologia (medição craniana)² era utilizada no estudo da criminalidade (SCHWARCZ, 1993). Essa foi a instituição que formou o naturalista Sílvio Romero e pela qual Raul Bopp passou alguns anos depois. A Sociedade Eugênica de São Paulo foi criada em 1918, apenas quatro anos antes da Semana de Arte Moderna (1922).

Stepan (2005) expõe que, enquanto na Europa predominava um ideal de pureza racial das correntes anglo-saxãs, os intelectuais brasileiros, em torno do movimento eugenista, articularam e adaptaram diferentes correntes teóricas para, em sua maioria, legitimar a miscigenação da raça brasileira que ainda estaria em formação. Apesar da diversidade de correntes teóricas e projetos políticos divergentes aos quais se filiavam os eugenistas, poucos eram os que se colocavam objetivamente contra a miscigenação.

Os brasileiros importavam da França correntes teóricas neolamarckistas que acreditavam na transmissão hereditária de características adquiridas. Assim, conforme Stepan (2005), a eugenia chegou a ser sinônima de ciência da saúde no Brasil, abarcando grande parte dos médicos e sanitaristas, embora a questão racial sempre figurasse no fundo dos debates. A população negra era considerada especialmente propensa a problemas sociais considerados disgênicos, como o alcoolismo.

Considerando que a eugenia abrangia praticamente todas as esferas das políticas públicas, não é surpreendente a atribuição de assinatura a um eugenista nas páginas da *Revista de Antropofagia*. Jorge de Lima, médico e poeta, presente em todas as fases da revista, apresentou uma tese no I Congresso Brasileiro de Eugenia³ em 1929, intitulada *A procriação voluntária do sexo de acordo com a epocha de cohabitação* (CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA, 1929, p. 277-298).

Esses intelectuais estavam fortemente comprometidos com as questões nacionais, que iam desde a preocupação com a modernização científica, higienização da população, até uma certa obsessão pelo que chamavam de “raça brasileira em formação”. Desde a literatura naturalista do século XIX, as disputas sobre como essa raça deveria ser constituída confundiam-se com outras disputas pela representação do nacional no campo cultural e simbólico.

Havia aqueles que viam a miscigenação como uma infeliz tarefa necessária para branquear o Brasil, como Oliveira Vianna (1987), que defendia a viabilidade de uma nação predominantemente branca, e no outro extremo havia os que, como Levi Carneiro, acreditavam legitimamente no projeto de uma raça mestiça. Em sua tese *Educação e eugenia*, apresentada no Congresso de Eugenia, os brasileiros são caracterizados como “amollentados, mas tenazes e intrepidos; feios, mas rijos; incultos, mas sagazes e inteligentes” (CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA,

² Importante dizer que a frenologia, ao eleger padrões de proporções cranianas como indicativo de propensão a criminalidades, fazia-o por meio de uma tipologia que englobava a questão de raça. Também diversos traços considerados negativos eram predominantes na população negra, que era considerada naturalmente diferente das outras populações no âmbito do direito.

³ O congresso foi realizado uma única vez. Abreviamos aqui como Congresso de Eugenia nas demais alusões ao evento.

1929, p. 116). Entre esses dois extremos, havia ainda um espectro de combinações entre as diferentes ideias, mas, a despeito desse ecleticismo, Renato Kehl, suposto autor do texto *Antropofagia e eugenia*, estava, segundo Stepan (2005), quase sozinho em sua defesa da pureza racial.

As teses sobre o branqueamento foram amparadas pelo intenso fluxo migratório de contingentes brancos vindos da Europa. A Constituição de 1934 estabeleceu cotas que desaceleraram as imigrações, mas a medida não agradou a alguns adeptos do ideal da raça ariana, como o médico e jornalista Azevedo Amaral (1938), que considerava o número de brancos presentes no Brasil insuficiente para atingir níveis satisfatórios de arianização.

Não obstante o receio de que o branqueamento seria prejudicado pela limitação das imigrações, estas ocorreram com tanta intensidade no período anterior que foram suficientes para uma mudança demográfica drástica (embora mais concentrada nos estados do Sul e do Sudeste). Segundo Stepan (2005, p. 336), por volta de 1907, a cidade de São Paulo chegou a ter duas vezes mais italianos do que brasileiros. De acordo com as estatísticas de povoamento do Brasil, analisadas por João José Reis (2007), em 1872 o total da população brasileira era de aproximadamente dez milhões, sendo os pardos o maior número. Com base nos dados, aferimos que o número de indivíduos identificados como pretos passou de aproximadamente 20% do total da população, no período inicial, para aproximadamente 5%, em 1991.

Obviamente essas classificações são questionáveis. O critério de identificação pode variar ao longo do tempo por muitos fatores. Entretanto, o número menor de pessoas identificadas como “pretas” aponta para um efeito diluidor da miscigenação. Em 1940, foi criada a *Revista de Imigração e Colonização* (1940-1955), publicação oficial do conselho de mesmo nome, criado em 1938. Na revista, eram constantemente publicadas teses das orientações mais diversas sobre a colaboração cultural ou racial de diferentes grupos para a formação nacional.

Kabengele Munanga (2019) percorre o debate sobre a miscigenação no Brasil, que tem raízes profundas na nossa história. Entretanto, o autor afirma que foi após o fim do escravismo, com a incorporação de um grande contingente negro na composição étnico-racial do povo brasileiro, que a questão da miscigenação passou para o centro do debate. No mesmo momento, começa uma intensa importação de mão de obra branca vinda da Europa para realizar o trabalho que antes não era remunerado.

Assim, a república não absorveu os negros libertos nos novos paradigmas econômicos e políticos, deixando-os à margem do plano social. A absorção não realizada, ou a não integração à sociedade, retornará depois como a absorção racial dentro do grupo branco dominante por um lado e como absorção simbólica no plano cultural por outro.

4. Canibalismo cultural e canibalismo racial

O processo de formação de unidade nacional a partir da mistura envolve ainda outro par além de natureza (representada na ideia de raça) e cultura: o “outro” e o “forasteiro”. Segundo Stuart Hall (2016), a produção da diferença entre “nós” e “eles” pelos regimes de representação da alteridade opera tanto em relação às parcelas excluídas que constituem “o outro” no interior

de uma população quanto em relação a seu exterior, que no Brasil é representado pelos imigrantes e descendentes “forasteiros”. No *Abre-Alas*, primeiro texto da *Revista de Antropofagia*, o então diretor Antônio de Alcântara Machado diz:

O indianismo é para nós um prato de muita sustância. Como qualquer outra escola ou movimento. De ontem, de hoje e de amanhã. Daqui e de fora. O antropófago come o índio e come o chamado civilizado: só ele fica lambendo os dedos. (REVISTA DE ANTROPOFAGIA, 1975, p. 18)

A metáfora da antropofagia é frequentemente lembrada pela devoração das referências estrangeiras. No entanto, vemos que os elementos internos da cultura de grupos subalternizados faziam parte do banquete, e nem sempre sentados à mesa, mas sobre o prato – isso quando não estavam servindo. Se tal constatação pode ser inferida pela aproximação da antropofagia com nossa formação cultural, tal como faz Marcelo Paixão (2005), vemos que ela também pode ser encontrada de forma direta no discurso intelectual dos primeiros canibais metafóricos.

Dessa mesma ideologia parte o ressentimento assimilacionista do brasileiro em relação ao imigrante. A cultura brasileira, com a incorporação de aspectos culturais dos grupos subalternizados – deglutidos no estômago de um modelo ocidental de sociedade –, impõe um abramileiramento aos estrangeiros. Nogueira (1997) expõe que, no Brasil, os laços culturais de origem normalmente não ultrapassam a segunda geração nascida em solo nacional.

A mestiçagem racial e a mestiçagem cultural estão intimamente interligadas no *éthos* da nossa cultura canibal, cujas formas peculiares de racismo (pela miscigenação branqueadora) e de xenofobia (pela imposição cultural ao estrangeiro) dão-se com base no discurso da integração entre os povos. O texto *A entrada dos mamalucos*⁴, na primeira página do quarto número da *Revista de Antropofagia*, assinado por Alcântara Machado, faz uma clara referência à leitura miscigenacionista da antropofagia, pela via sexual (no caso, pelo matrimônio), e reflete ainda a postura assimilacionista brasileira imposta ao estrangeiro imigrante:

A estatística da Capital, Santos, Campinas e Ribeirão Preto constitue nesse ponto um puro madrigal á morena desta terra de mais homens que mulheres [...] 4144 casamentos entre brasileiros, 627 de brasileiros com estrangeiras, 1311 de estrangeiros com brasileiras (estão vendo?), 1629 entre estrangeiros. O pessoal da estranja se atirou feio na prata da casa. Mas êle é que é o comido. Antropofagia legítima. E para quando será o coroamento da rainha dos antropófagos? (REVISTA DE ANTROPOFAGIA, 1975, p. 42)

Um dos pontos menos pacíficos nos debates sobre a imigração ao longo das décadas era a imigração japonesa, que suscitava discussões sob todas as perspectivas. Havia desde teses defendendo ou questionando seus “atributos raciais” à apreciação negativa de que os japoneses eram pouco propensos à integração cultural. No texto *O japonês*, da oitava página do quinto número da *Revista de Antropofagia*, Machado Sylvestre adentra o debate sobre a imigração japonesa, carregado do léxico eugenista:

⁴ O título faz um trocadilho entre “mamelucos” e “malucos”.

Mas os nossos illustres médicos, que não quizeram receber Voronoff, acham que o japonês não é typo “eugenico”. O italiano-malaria, o espanhol-trachoma, o bessarabiano-torre-de-babel e outras migalhas de raças balcânicas, assim como os russos cheios de vodha, são, ao ver dos nossos sábios, raças sãs e fortes, que virão formar a bella raça brasileira de amanhã [...] Ha por ahi muito brasileiro puro sangue, legitimo e indiscutível descendente de índio, olhos em amêndoa, pelle oliva, estatura baixa, que não admite o japonês, porque este viria estragar o nosso padrão eugenico. [...] Ora se o japonês é de raça mais brasileira que os ‘brasileiros’ descendentes de portuguez, negro, italiano, espanhol, etc, porque resmungar á sua entrada na terra do guarany? O guarany é um irmão mais velho delle, que se installou em sua terra o Brasil, quando os brasileiros do litoral ainda se achavam em projecto nas espanhas, portugaes, italia e bessarabias. (REVISTA DE ANTROPOFAGIA, 1975, p. 78)

O texto coloca o japonês e o ameríndio em posição superior à de determinados grupos brancos, mas utilizando as mesmas operações mentais da eugenia ao se referir a esses povos como “misérias de raças balcânicas”. Circulavam nos debates eugenistas algumas concepções do Norte da Europa para as quais determinados grupos europeus não eram eugênicos (ou sequer considerados brancos).

Sílvio Romero (1910, p. 190) já fazia distinção entre as qualidades raciais dos alemães “superiores”, que não se misturavam à nossa gente, e as dos italianos “inferiores”, que, a seu favor, eram mais próximos de nossa matriz cultural e mais bem-vindos. O artigo *A propósito do homem antropófago*, de Achilles Vivacqua, publicado na segunda edição da revista, no dia primeiro de maio de 1929, vai na mesma direção de consagração do índio, ao usar o mesmo léxico e ideário eugenista:

Essa fusão irregular de elementos de duas raças degeneradas e uma forte – o índio – não pode crear o tipo nacional. Para mim, o brasileiro não é o fruto da amalgama dessa civilização aparente que se desenvolveu na América: O índio forte, submetido pela força; o africano animalizado; o europeu, amarello como açafraão, transviado dos presidios. (REVISTA DE ANTROPOFAGIA, 1975, p. 112)

Além de dialogar mais diretamente com o arianismo – ao depreciar as origens europeias dos brasileiros em função de não serem puras –, Vivacqua utiliza ainda o conceito de degeneração racial. Como se não bastasse, trata-se de um texto explicitamente racista, de depreciação da população negra.

Marcelo Paixão (2005, p. 24) acusa que o projeto canibal raciológico “lograria ter a potencialidade moral e intelectual dos caucasianos e a resistência física indígena e negra”. Entretanto, quando falamos em miscigenação como um projeto no Brasil, é importante ter em mente que aqui predomina um modelo de classificação racial baseado em uma escala de prevalência de traços físicos de um grupo ou de outro, como afirma Nogueira (1997) ao diferenciar o “racismo de marca”, vigente no Brasil, do “racismo de origem”, do modelo de relações raciais estadunidense. Desse modo, o interesse não era apenas em supostas características raciais invisíveis, mas estéticas.

O médico e antropólogo Roquette-Pinto defendeu, em sua tese no Congresso de Eugenia, que não há fatores de degeneração em nenhuma das raças que habitam o Brasil, e que, ao con-

trário, são as melhores possíveis. A tese intitulada *Nota sobre os typos antropológicos no Brasil* (CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA, 1929, p. 119-147), afirma que a miscigenação não formaria uma raça brasileira, mas sim mestiços de diferentes tipos. Para Roquette-Pinto, restava saber se “os typos da raça branca poderão um dia por si só crescer e dominar todo o paiz” (CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA, 1929, p. 146).

Dando ênfase a suas análises dos índices nasais, por ser o nariz o traço fisionômico mais importante para a identificação racial, Roquette-Pinto destacava a prevalência de narizes mais próximos do tipo europeu nos “mulatos” (CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA, 1929, p. 128). Esta tese foi reproduzida em 1940 no terceiro número da *Revista de Imigração e Colonização* (BRASIL, 1940, p. 437-454).

5. Kehl e a antropofagia: considerações finais

Raul Bopp (1977), em sua obra *Vida e morte da antropofagia*, escreveu sobre a terceira fase, que incluía, além da expansão do movimento, a realização de alguns projetos, como o Primeiro Congresso Brasileiro de Antropofagia (já mencionado no final da segunda dentição) e uma *Bibliotequinha Antropofágica*, que não se concretizaram. Bopp, no entanto, não menciona as páginas da revista carioca OQA (na qual ele assina alguns textos).

Nodari (2021) refere-se ao material como “páginas antropófagas”, não aderindo ao rótulo de terceira dentição. O argumento seria, justamente, o fato de que a terceira fase tratava-se de um movimento muito mais amplo, do qual as páginas descobertas por Jason Tércio (2021) seriam apenas parte de um todo maior. Porém, ao associar diretamente “dentição” à ideia de “edição”, talvez o rótulo seja apropriado e por isso o usamos aqui, entre aspas.

A “terceira dentição” é dirigida por Clóvis Gusmão, que, como o eugenista Jorge de Lima, está presente em todas as fases da Antropofagia. As páginas no periódico carioca começaram a ser publicadas entre agosto e dezembro de 1929 (imediatamente após o fim da segunda dentição no *Diário de São Paulo*), com diversos textos de Oswald de Andrade e outros antropófagos canônicos. Entretanto, o que chama a atenção é a presença de autores como Mário de Andrade (que a essa altura já havia rompido com o grupo), conservadores como Coelho Neto e, é claro, a assinatura do eugenista Renato Kehl.

Analisando vários desses textos, Nodari (2021, p. 215) chega a dizer: “Não tenho condições – alguém terá de fato? – de analisar a autoria dos poemas publicados na seção de antropofagia da OQA, mesmo os que levam o nome de Oswald, que conheço mais de perto.” O pesquisador conclui que muitos deles trazem falsas atribuições satíricas. No suposto texto de Renato Kehl – *Antropophagia e eugenia* –, há trocadilhos humorísticos com o nome de Eugênia Álvaro Moreira, esposa do antropófago Álvaro Moreira. O texto não fala realmente sobre a eugenia.

Já seria um desafio pensar que Renato Kehl poderia ter escrito de forma jocosa sobre esse assunto, mas Nodari (2021) também chama a atenção para o fato de que Kehl era um defensor das ideias de pureza racial e que, portanto, a frase “A antropophagia é o caminho mais curto para a eugenia” (ANTROPOPHAGIA, 1929, p. 35) seria contraditória vindo de Kehl. Nodari (2021, p.

220) atribui uma provável autoria a Clóvis Gusmão, que “fazia uso, de um modo muito peculiar [...], da ideia de ‘eugenia’ [...]”. Analisa ainda um fragmento do texto de Gusmão, *4 pedaços de tenupá-oikó*, publicado em 21 de julho de 1929, no caderno de arte e literatura do jornal *Diário da Manhã* (ES):

Moral biológica. Mastigadazinha no estômago do mato, entre correntes de tradições eugênicas culminadas no dever da vingança: — Contam que no tempo-longe uma tartaruga matou um gavião que deixava um filho pequeno. O gaviãozinho um dia foi caçar e encontrou penas no caminho. Chegou em casa e contou. A mãe dele disse: meu filho, aquilo são penas do seu pae que a tartaruga matou. O gaviãozinho calouse. Cresceu. Já grande, experimentou forças no grelo do merity. Não arrancou. Disse: inda não tenho forças. Tempos depois, voltou e arrancou o grelo do merity: “Agora vou vingar meu pae!” (GUSMÃO, 1929, p. 4)

Nodari (2021) lê a perspectiva de Gusmão como uma inversão da eugenia, à luz de Galvão Júnior (2020, p. 43), para quem Gusmão “deglute a eugenia defendida pelos cientificistas do século XIX e a inverte”. Os autores parecem não considerar o caráter heterogêneo do movimento eugenista no Brasil em suas apreciações sobre Gusmão, ao darem a entender que ele estaria em contradição com a ideologia eugenista como um todo, não apenas com Renato Kehl, em particular.

Destacamos ainda a importância de refletir sobre o intuito de Galvão Júnior (2020), ao tratar a eugenia como uma corrente cientificista defendida por seus seguidores. Precisamos tomar cuidado para não incorrerem em anacronismos, ao julgarmos movimentos científicos do passado. Devemos levar em conta todo o paradigma científico contemporâneo à eugenia e seu *status* perante aquela sociedade. Outro ponto delicado é a atribuição cronológica que o autor faz ao conferir peso à eugenia no século XIX. Como aponta Stepan (2005), o século XX foi o auge dos movimentos eugenistas mundo afora, principalmente no período entreguerras.

A constatação de que Kehl não poderia escrever algo como “A antropofagia é o caminho mais curto para a eugenia” (ANTROPOPHAGIA, 1929, p. 35), porque estaria implícita aí uma inversão do ideal de pureza, empurra ainda mais a interpretação da frase em direção ao aspecto dominante na eugenia brasileira. A miscigenação antropofágica seria o caminho mais curto para a formação de uma raça nacional.

O texto de Gusmão, a seguir, é parte de correspondências trocadas com Garcia Rezende, citadas pelo destinatário em sua “Nota Ligeira” no *Diário da Manhã* (ES), em 17 de maio de 1929. O conteúdo poderia ser uma perfeita descrição do pensamento eugenista no Brasil, que, como aponta Stepan (2005), adaptou a eugenia à realidade brasileira e às questões locais:

Na antropofagia cabe o negro, o luso sadio, o cigano do nordeste e toda integral de brasilidade, para essa potência imigratória que tem sido a base do Brasil. Nós voltamos ao índio porque ele é o ponto mais remoto. E partimos delle, comendo e assimilando as qualidades [...] Os grandes movimentos sociais do universo serão adaptados aos nossos homens e aos nossos problemas. O socialismo tem uma parte sadia. O fascismo tem uma parte sadia. O movimento que se operou no México tem uma parte sadia. A Antropofagia é a fusão de todos esses movimentos reivindicadores e a sua adaptação à nossa vida. Isso social e politicamente. (REZENDE, 1929)

No caso da eugenia no Brasil, podemos dizer, a partir de Stepan (2005), que: (1) a impossibilidade de reverter o processo miscigenador de séculos de colonização portuguesa refletiu-se nas teses do branqueamento; (2) a necessidade de se pensar uma identidade racial e originalidade cultural refletiu-se na positivação das contribuições “biológicas” negra e indígena (vimos que não necessariamente ambas); e (3) as mazelas que atingiam nosso cenário social refletiram-se na crença na hereditariedade de características adquiridas e em toda a revolução nas políticas públicas feitas com base nessa concepção.

Kehl é o personagem mais conhecido da eugenia no país, seu principal divulgador e diretor do *Boletim de Eugenia*. Reconhecer que ele estava quase isolado em relação a sua visão da miscigenação não o torna um personagem exótico. Kehl tinha um projeto eugenista orientado pelas ideias de pureza racial predominantes nos países anglo-saxões, chegando a sugerir métodos radicais de controle da reprodução humana, como a esterilização compulsória, que foram levados a sério quando debatidos, inclusive no Congresso de Eugenia.

No entanto, Stepan (2005) afirma que justamente a associação da eugenia com o nazismo seria um dos motivos para o ofuscamento da dimensão do movimento eugenista no Brasil. Ser o principal divulgador e propagandista da eugenia no país e um dos poucos defensores da pureza racial foi uma dupla excepcionalidade que possibilitou essa distorção da imagem do movimento eugenista nacional em torno de sua figura.

O problema não está apenas no esquecimento de que a eugenia no Brasil foi fortemente miscigenacionista, mas também no esquecimento de que é justamente através dessa ideologia (antropofágica, miscigenacionista e assimilacionista) que a cultura brasileira perpetua e, ao mesmo tempo, esconde seu racismo, ao ponto de negá-lo. E isso ocorre independentemente das diferentes concepções de como deveria se dar essa mistura. Até mesmo os que por autoengano chegaram a conjecturar um processo amorenizante⁵ acabaram por legitimar o branqueamento.

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

Tainá Faria (conceitualização; curadoria de dados; visualização; investigação; escrita – rascunho original).

Frederico Coelho (supervisão; validação; escrita – rascunho original; escrita – revisão e edição).

FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

⁵ Freyre (1973, p. 239) citado em Paixão (2005, p. 26), descreve como seria, em sua opinião, o “brasileiro eugênico do futuro”. O brasileiro teria a aparência de diversos subtons de amarelo, devido a uma crescente miscigenação “arianizante”, mas também a uma ecologia tropical “amorenizante”.

CONFLITO DE INTERESSES

Não há conflito de interesses.

AGRADECIMENTOS

À professora Dra. Eneida Leal Cunha, por seus ricos debates sobre a eugenia no Brasil, e pelas indicações bibliográficas fundamentais.

Ao Dr. Eduardo Castro, pela revisão final.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Azevedo. **O estado autoritário e a realidade nacional**. Rio de Janeiro: José Olympio, f. 81, 1938. p. 311.

ANDRADE, Oswald. Marcha das utopias [1935]. **Cadernos de Cultura**. Serviço de Documentação, Ministério da Educação e Cultura, v. 139, 1966. p. 112.

ANTROPOPHAGIA e eugenia. **O que há**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 18, Rio de Janeiro, 5 dez. 1929. Antropophagia, p. 35. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=338052&pagfis=991>>. Acesso em: 30 mar. 2022.

BOAVENTURA, Maria Eugênia da Gama Alves. **A vanguarda antropofágica**. São Paulo: Ática, 1984. p. 211.

BOPP, Raul. **Vida e morte da antropofagia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/MEC, 1977. p. 94.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Revista de Imigração e Colonização**. Rio de Janeiro: Órgão oficial do Conselho de Imigração e Colonização, 1940. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=143030&pagfis=3930>>. Acesso em 30 mar. 2022.

CAMPOS, Augusto de. Revistas re-vistas: os antropófagos. **Revista de Antropofagia**. Edição fac-símile. São Paulo: Abril, Metal Leve S.A., 1975.

CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA, 1., 1929, Rio de Janeiro. **Actas e trabalhos**. Rio de Janeiro, s. n., 1929. p. 342. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=acebibcoc_r&pagfis=9788>. Acesso em: 30 mar. 2022.

FREYRE, Gilberto. **Além do apenas moderno**: sugestões em torno de possíveis futuros do homem, em geral, e do homem brasileiro, em particular. Rio de Janeiro: José Olympio, f. 133, 1973. p. 265.

GALVÃO JÚNIOR, Heraldo Márcio. Tenupá Oikó: a filosofia do “Deixa Está” como proposta humorística para a construção da legislação brasileira pela ótica antropofágica de Clóvis de Gusmão. **Faces da História** (UNESP), Espírito Santo, 2020, v. 7, n. 2, p. 25-51, 2020.

GUSMÃO, Clóvis de. 4 pedaços de tenupá-oikó. **Diário da Manhã**, ano 22, n. 2088, Espírito Santo, 21 jul. 1929. De arte e literatura, p. 4. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=572748&pesq=%22nota%20ligeira%22&pagfis=32172>>. Acesso em: 30 mar. 2022.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2016. p. 259.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**. São Paulo: Editora 34, 1993. p. 149.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Autêntica Editora, 2019.

NODARI, Alexandre. A oca de Clóvis de Gusmão: sobre a página antropófaga na revista *O Q A (O que há)*. **Revista Landa**, Santa Catarina, v. 10, n. 1, p. 188-243, 2021.

NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito de marca: as relações raciais em Itapetininga**. São Paulo: EdUSP, 1997. p. 245.

PAIXÃO, Marcelo. **Antropofagia e racismo: uma crítica ao modelo brasileiro de relações raciais**. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro: Coleção Segurança e Cidadania do CESEC – Centro de Estudos de Segurança e Cidadania/UCAM, 2005.

PRADO, Antonio Arnoni. **Itinerário de uma falsa vanguarda: os dissidentes, a Semana e o Integralismo**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2010.

QUEIROZ, Helaine Nolasco. Caiu na rede é peixe: a Revista de Antropofagia devorando os modernistas. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 29., 2017, Brasília. **Anais [...]**. Brasília: UNB, 2017. Disponível em: <https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1488806141_ARQUIVO_redesintelectuaisrevistaantropofagia.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2022.

REIS, João José. Presença negra: conflitos e encontros. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Brasil: 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. p. 81-99.

REVISTA DE ANTROPOFAGIA. 1ª e 2ª dentições, 1928-1929. Edição fac-símile. São Paulo: Abril, Metal Leve, 1975. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/416410/per416410_1976_00001.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2022.

REZENDE, Garcia. Nota Ligeira. **Diário da Manhã**. Espírito Santo, ano 22, n. 2033, 17 mai. 1929. Capa. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=572748&pesq=%22nota%20ligeira%22&pagfis=31717>>. Acesso em: 30 mar. 2022.

ROMERO, Sílvio. O allemanismo no sul do Brasil. In: ROMERO, Sílvio. **Provocações e Debates: contribuições para o estudo do Brasil social**. Porto: Livraria Chardron, 1910. p. 115-169.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 296.

STEPAN, Nancy. **A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Fio-cruz, 2005. p. 224.

TÉRCIO, Jason. Recém-descoberta, terceira fase da revista de antropofagia revela lacunas da história do modernismo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, ano 101, 26 jun. 2021. Ilustríssima. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2021/06/rece-descoberta-terceira-fase-de-revista-de-antropofagia-revela-lacunas-da-historia-do-modernismo.shtml>>. Acesso em: 30 mar. 2022.

VIANNA, Francisco José de Oliveira. **Populações meridionais do Brasil: populações rurais do Centro-Sul**. 7. ed. Niterói: EDUFF, 1987. 256 p.